

# A Decisão Real

— Julgamento Sumário de Inês de Castro

Como começar pelo início, se as coisas  
acontecem antes de acontecer?  
(Clarice Lispector)

Estamos nos primeiros dias de janeiro de 1355, em pleno inverno português.

Na alcáçova do Castelo de Montemor-o-Velho, arredores de Coimbra, Afonso IV meditava, alongando o olhar pelos campos do Mondego, cujas águas frias embalavam plácidas e pacientes seu melancólico destino de perder-se no Atlântico.

O último quartel de seu reinado não estava sendo fácil, pensava o rei, cofiando a barba em desalinho.

Assumira o reino em 1325, com a morte de D. Dinis. As lutas contra a invasão moura prosseguiram após o decesso do pai, embora já mais distantes de Portugal, e teriam seu epílogo quinze anos depois de sua posse, com a Batalha do Salado ao sul da Península, praticamente cessando, então, o envolvimento árabe na região.

Em 1328, casara sua filha diletta, Maria, a Formosa, com o rei da vizinha Castela, Afonso Onzeno, que a repudiaria dois anos depois para viver com Leonor de Gusmão, não obstante dividisse sua alcova com ambas, tendo delas filhos reis que o sucederam.

Ao longo da década de 1330, tivera Afonso IV outro problema com Afonso Onzeno, dessa vez ligado ao casamento contratado para o filho.

Logo no início dos anos 30, acertara D. Afonso IV o matrimônio de Constança Manoel — que o rei castelão havia repudiado no princípio de seu reinado — com seu filho Pedro, o herdeiro do trono. Mas, para conseguir trazê-la a Portugal, precisou encetar, em 1336, guerra de quase quatro anos contra Afonso Onzeno.

Mesmo assim, o conflito apenas terminou porque Castela enfrentava dificuldades em suas lutas com os muçulmanos concentrados próximo ao Estreito de Gibraltar, ao sul da Península Ibérica, e não teve alternativa o rei castelão senão socorrer-se de Afonso IV.

Constança, enfim, foi liberada para dirigir-se a Portugal. Sua união com Pedro consolidou-se em agosto de 1340, na Sé de

Lisboa, e, pouco tempo depois das cerimônias nupciais, o Rei-Guerreiro pôde partir para as terras do sul, a fim de ajudar o soberano castelão, destacando-se como o herói da Batalha do Salado.

Tudo isso, no entanto, era passado, e, apreensivo, naqueles momentos de reflexão, Afonso IV por vezes desviava o olhar perdido dos campos de Montemor-o-Velho para o interior do palácio, onde se realizaria, em poucos minutos, a reunião extraordinária com seus conselheiros. Mas, as recordações do passado não o deixavam...

Justamente quando imaginava poder dedicar-se às questões administrativas do reino, após o casamento do filho e o sucesso das refregas no sul, eis que surge uma nova dificuldade: na Catedral de Lisboa, Pedro, em vez de envolver-se com as cerimônias ao lado da futura esposa, não conseguia despegar os olhos a Inês, dama de companhia de Constança.

O insucesso do casamento de Pedro e sua inesperada paixão por Inês de Castro atormentavam-no muito, por razões de natureza política, sobretudo as alianças celebradas em decorrência do matrimônio contratado com a



vizinha Castela.

Nada separava Pedro de Inês, e o rei chegou, alguns anos depois, em 1344, a exilar a jovem galega em território castelhano, no Solar dos Albuquerque. Sem resultado...

Os contatos continuaram e, com a morte de Constança, em fins de 1345, decorrente do parto de Fernando, D. Pedro vai buscar Inês em Albuquerque, logo no início de 1346, e juntos passam a viver pelos dez anos seguintes, contrariando o príncipe os apelos do pai.

O casal procura isolar-se da corte, próximo ao mar, a oeste da região central de Portugal, e posteriormente ao Norte, na Quinta de Canidelos, em Vila Nova de Gaia, na foz do Douro.

Pedro, em 1354, deixa, porém, o estratégico anonimato e muda-se para Coimbra, vivendo com Inês e os filhos no Paço de Santa Clara, tornando-se o casal mais visível ao reino.

Álvaro, o irmão de Inês, e o primo João Afonso ali se hospedaram, constituindo-se, assim, de certa forma, no Paço da Rainha, um simulacro de pequena corte estrangeira em Portugal.

Era demais para o rei, também às voltas

com a recente Peste Negra, cujas consequências — os ingentes sofrimentos à população do reino — ainda enfrentava.

Excogitações políticas de toda natureza o preocupavam. Assombravam-no a proximidade afetiva de Pedro com Castela e o eventual risco de um dos filhos do infortunado casal se tornar, no futuro, rei de Portugal.

Era preciso decidir sobre aquela união espúria, segundo os seus conceitos rígidos, que o futuro mostrou serem baldos de razão.

Com a cabeça envolvida nesse mar de apreensões, inquieto, a passos lentos, o rei de estatura gigante e habituado a decisões firmes voltou à sala do Paço Real.

Aguardavam-no para a reunião adrede convocada os membros de seu conselho real, a fim de juntos definirem a sorte de Inês.

O processo encerrou-se rapidamente.

Não teve começo, meio ou fim. A ponderação e o sentimento não estavam efetivamente presentes ao soturno diálogo entre o rei e seus conselheiros. Três deles insistiram na condenação da jovem mãe: Diogo Lopes Pacheco, Álvaro Gonçalves e Pero Coelho.

Determinou-se que Inês seria degolada,

e com rapidez, pois o rei já sabia que o príncipe se ausentaria de Coimbra para caçar, como era do seu gosto, acompanhado do cunhado Álvaro Pires de Castro.

Nas páginas seguintes, surgem, em toda a sua dor, a tragédia e seus desdobramentos.

## A Dor

Após a triste manhã de 7 de janeiro de 1355, pairava sobre Portugal uma atmosfera carregada de nuvens ameaçadoras, antecipando décadas de incertezas. Não havia alegria, os dias se tornaram cinzentos, o sol se recolhera. A vida corria tensa, pesada...

De fato, o ano se iniciara pleno de prenúncios nada animadores para o príncipe herdeiro e Inês de Castro.

Naquele trágico 7 de janeiro de meados do século XIV, a Idade Média seguia seu rumo, já distante da noite medieval que assinalou o período de 400 a 800 d.C, trazendo em seu bojo a conquista da definição de algumas nacionalidades ocidentais, como ocorreu com a antiga Lusitânia.

A dinastia dos Afonsos estava no seu apogeu. Alcançada a estabilidade político-administrativa do reino, sobretudo após a expulsão dos mouros, definida pela Batalha do Salado, Portugal caminhava com a mansa tranquilidade